

LONDRES, INGLATERRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1997

Para alguém que dedicou a maior parte da vida à atividade acadêmica no campo das ciências sociais, este é um momento muito especial. Recebo sensibilizado, e com orgulho, a homenagem da *London School of Economics and Political Science*.

Esta é uma instituição respeitada por muitas razões, mas sobretudo por ter sabido orientar o pensamento para a transformação construtiva da sociedade.

Muito de meu próprio trabalho como sociólogo se aproxima desse espírito. Mas penso que esta iniciativa da *London School of Economics* representa, antes de tudo, um tributo ao Brasil e aos brasileiros, uma nação que, apesar das dificuldades, tem sabido transformar-se com otimismo, tolerância e espírito moderno.

Quero desde já prestar aqui minha homenagem ao Professor Anthony Giddens, que hoje dirige esta escola e cujas reflexões sobre os temas de nossa época têm tido grande influência no mundo acadêmico e político. Em uma palavra: ele é um dos maiores pensadores sociais do nosso tempo.

Senhoras e senhores, quero compartilhar com este auditório algumas idéias sobre os desafios que se apresentam hoje à democracia.

A democracia é um tema fundamental da ciência política. E é sempre um tema tão instigante como inesgotável, porque, no fundo, está ligado ao problema permanente de definir o que é a boa sociedade, ao problema da capacidade dos homens e mulheres de criar instituições para garantir a liberdade e a justiça. Nos dias atuais, contudo, é particularmente relevante a preocupação quanto às formas pelas quais os regimes democráticos podem enfrentar as grandes questões contemporâneas. Como nos ensina o Professor Giddens, em um ângulo um pouco distinto, alguns dos fatores que favorecem a expansão de instituições liberal-democráticas pelo mundo contribuem, eles próprios, para criar novos desafios, que parecem colocar em cheque a capacidade de atuação daquelas mesmas instituições. Enfraqueceram-se alguns elementos que se identificavam com o funcionamento da democracia moderna, como os partidos políticos, a utilização do Estado como mecanismo de promoção do bem-estar social e, em um plano mais básico, a própria noção de que os Estados nacionais devem comandar plenamente os processos que afetam as suas populações.

Menciono alguns aspectos do problema:

- a) no plano das instituições, os mecanismos de representação e de agregação de interesses, em particular os partidos políticos, encontram dificuldades em acompanhar as demandas de representação geradas no contexto de fragmentação temática que caracteriza a vida política contemporânea, que reflete a fragmentação das *constituencies* em torno de interesses específicos, setoriais, que vão muito além da mera inserção do indivíduo no sistema produtivo – no tratamento de temas como meio ambiente, direitos humanos, situação da mulher e grupos sociais vulneráveis, os partidos políticos dividem o espaço com as ONGs, que oferecem uma perspectiva distinta, não totalizante, deliberadamente segmentada;
- b) com as restrições fiscais enfrentadas pelo Estado em uma situação em que a inserção internacional é inevitável e cada vez mais competitiva, enfrentam-se novos limites para o próprio esforço de inclusão

social, para a construção daquela soma inteligente de democracia formal e democracia substantiva que já foi o programa da socialdemocracia europeia. Nos países desenvolvidos, isso tem obrigado a repensar as estruturas de bem-estar social. Nos países em desenvolvimento, essa questão torna-se ainda mais complexa, pois partimos da situação de um Estado do “mal-estar social”; e o desafio é ainda mais difícil, tanto mais porque os avanços nas técnicas de comunicações e transportes, e o próprio processo de urbanização, tornam facilmente acessível a todos, não a própria prosperidade, mas a idéia do que é a prosperidade de outros, no seu próprio país ou no exterior. A questão da exclusão e da pobreza torna-se mais visível, o que às vezes pode projetar a impressão de que se tornou mais grave. De qualquer forma, o importante é que a demanda por equidade aumenta no momento mesmo em que se restringe a capacidade dos Estados de responder a ela;

- c) o processo de globalização torna mais difícil que os projetos nacionais sejam dirigidos por uma vontade, mesmo que popular, dos Estados. Vários dos temas que afetam o dia-a-dia das populações envolvem fatores transnacionais, que escapam ao controle dos governos. A questão dos fluxos financeiros internacionais é um exemplo evidente disso, que mostra o quanto as estruturas de *governance* existentes no plano global estão aquém do que seria necessário para que esse tipo de fenômeno pudesse ser objeto de tratamento democrático. Já se criou a consciência de que há problemas que afetam a humanidade como um todo - da concentração de vantagens tecnológicas e de riqueza até as questões ambientais. Mas até que ponto essa consciência da universalidade dos problemas propicia condições para que sejam tratados universalmente ?
- d) nos países da América Latina, soma-se a esses aspectos a percepção de que o restabelecimento da democracia nos anos 80 não veio acompanhado de soluções para os problemas sociais, produzindo-se algumas vezes uma certa nostalgia do autoritarismo que, ainda que não pregue a sua volta, tende a manifestar impaciência com o processo de diálogo e negociação que é próprio da democracia e se

permite imaginar um Executivo dotado de poderes similares aos de um regime autocrático.

Delineados esses elementos do problema, quais os caminhos que se abrem para a democracia nos dias de hoje? Acredito que a resposta não está em menos, mas em mais democracia. Eu defendo que é preciso radicalizar a democracia, ir à raiz dos processos que permitem que o povo soberanamente comande o seu destino e encontrar aí condições renovadas para o exercício do governo do povo, no novo contexto engendrado pelas condições da sociedade de massa contemporânea. Devemos encarar o regime democrático não somente como um ponto de chegada, para o qual a maioria das sociedades já convergiu ou está convergindo, mas também como um ponto de partida.

Vivemos, na realidade, uma oportunidade histórica única, pois as condições internacionais de estabilidade política são razoáveis, mas, ao mesmo tempo, não existe um mapa claro para enfrentar os problemas que acabo de mencionar. Não existe, por exemplo, uma teoria econômica que inclua os efeitos da globalização. No plano social, é difícil saber como se pode conduzir um processo de transformação nas sociedades contemporâneas na ausência de ideologias totalizadoras e em conjunturas nas quais, muitas vezes, a sociedade se antecipa aos que pretendem liderá-la. É igualmente difícil saber qual pode ser o sujeito histórico dos processos de transformação quando o Estado se enfraquece e tantas formas novas de identidade social se sobrepõem às tradicionais divisões de classes. Frequentemente, os que refletem sobre esses temas estão pensando situações novas com categorias antigas.

No entanto, o fato de que as questões sejam complexas não significa que não possamos ter ideais, rumos. Os ideais incluem o equilíbrio em um processo de atendimento a múltiplas demandas, fragmentadas. A chave desse equilíbrio - que é central para a idéia de radicalização da democracia - é a idéia de que o Estado sirva efetivamente ao todo da cidadania. De que maneira isso é possível?

Essa é uma questão complexa, e há mais de uma forma de encará-la. Quero indicar alguns pontos que, em minha percepção, podem ser

relevantes para que as democracias estejam em condições de responder aos desafios do nosso tempo:

- a) antes de mais nada, é necessário lidar com um conceito amplo de cidadania, que, mantendo as bases antigas (essencialmente, a noção de participação na política), vá mais além e incorpore, por exemplo, as demandas localizadas que se produzem nos vários planos de identidade individual. O cidadão não é mais simplesmente o eleitor: é membro de um gênero, de uma etnia, de uma minoria sexual, é desempregado, sem-terra, etc. E essa multiplicidade de pontos de vista deve refletir-se no funcionamento do sistema político. Os partidos políticos devem ser capazes de acomodar essa pluralidade de perspectivas, reconhecer a sua legitimidade. Ao mesmo tempo, o Estado deve estar preparado para uma interlocução, em geometria variável, com os diversos grupos e organizações que refletem essa pluralidade de identidades do indivíduo na sociedade contemporânea;
- b) como pode a cidadania manter algum comando em uma economia na qual o mercado é central e a privatização, um caminho necessário? É necessário superar a noção simplista de que o que é bom para a cidadania deve necessariamente provir do Estado (na realidade, não faltam exemplos, no Brasil ou em outros países, de como se exerce a influência de interesses privados em ações do Estado). Os mecanismos de regulação das atividades “públicas privatizadas” (comunicações, energia elétrica, transportes, etc.) devem ser claramente orientados pelas necessidades do povo, e, para isso, a participação direta de representantes da sociedade civil nos órgãos é fundamental. O Estado deve ser “poroso”, permeável às necessidades da cidadania, especialmente naquilo que é novo, nos temas em que ainda faltam as soluções mais definitivas. A identidade do Estado com o interesse nacional não é um dado, mas necessariamente uma construção política, que exige um esforço amplo de elaboração de consensos;
- c) a democracia pressupõe a necessidade de universalização do acesso aos serviços públicos essenciais como condição decisiva para a própria construção de uma cidadania efetivamente participante. E, naturalmente, os primeiros desses serviços são a educação e a saúde.

Mais do que nunca, a educação é um fator decisivo para a construção da cidadania, muito especialmente em um país como o Brasil, onde ainda há tanto que fazer a esse respeito. A saúde é, igualmente, elemento indispensável da dignidade do cidadão. O Estado deve continuar, portanto, a assumir a responsabilidade pelo tratamento das demandas de equidade e de serviços públicos, complementando naquelas áreas em que o mercado não é capaz de oferecer as respostas. Nas condições atuais, a solução dos problemas sociais exige uma parceria criativa entre Estado e sociedade. Há uma multiplicidade de papéis que podem ser desempenhados pelo Estado, como o de oferecer liderança, o de funcionar como um catalisador, o de fomentar iniciativas da própria sociedade. Existe todo um espaço para novas formas de interlocução e ação conjunta, que podem trazer uma contribuição fundamental para a realização daquilo que já se denominou democracia substantiva. No Brasil, o Programa Comunidade Solidária é um exemplo disso, buscando atuar na interface entre a responsabilidade social do Governo e a das empresas e organizações da sociedade civil;

- d) impõe-se a tarefa da renovação do espaço da política, a tarefa de dar voz a todos, em condições de liberdade efetiva. Nas circunstâncias da vida social contemporânea, o importante é que a esfera pública seja realmente pública, e, nas condições da democracia contemporânea, isso pressupõe que ela seja uma esfera de argumentação, de diálogo, ao mesmo tempo que é uma esfera de tolerância e respeito ao outro. Radicalizar a democracia significará, de um lado, dar condições efetivas de liberdade para que todos, mesmo os que não estão organizados, falem. Existe aí um papel importante para o Estado, no sentido de garantir a liberdade de expressão e de procurar contribuir para que o espaço público seja construído em condições tais que permitam compensar os desníveis de organização entre os diversos grupos sociais, de tal modo que todos os argumentos se façam ouvir;
- e) por fim, será necessário encontrar fórmulas para responder aos desafios que o processo de globalização apresenta para a democracia e para o comando, pelo Estado, de seu próprio destino. Essa questão

deve ser pensada fora da moldura tradicional dos esquemas autárquicos. Não voltaremos a um sistema internacional nos moldes de Westphalia. A interdependência entre os Estados é um fato, e ignorá-lo seria condenar os nossos esforços, desde logo, ao reino da fantasia. Mas isso não nos exime de examinar a questão de saber o que é possível e necessário regular, no plano internacional, para que a vontade dos cidadãos possa ser democraticamente exercida. É necessário pensar o papel das instituições de Bretton Woods no atual contexto da economia internacional. Da mesma forma, é preciso repensar a composição e as formas de atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a assegurar que ele tenha a legitimidade indispensável para um papel de relevo na defesa da paz e da segurança internacional.

A consideração desses desafios à democracia poderia, em aparência, sugerir uma tarefa de complexidade tão grande a ponto de colocar pressões excessivas sobre sistemas políticos que já respondem com dificuldade às necessidades cotidianas de governo e que se mostram ainda menos eficientes quando se trata de efetuar reformas profundas, de romper com categorias do passado. Mas nem tudo depende do sistema político, dos partidos ou do Estado. Em nosso tempo, as próprias sociedades frequentemente se antecipam aos projetos de transformação e experimentam processos de mudança nascidos dos próprios movimentos sociais.

No Brasil tem sido assim. No processo de transição do autoritarismo para a democracia, a partir do final dos anos 70 e, posteriormente, nos momentos iniciais de consolidação da democracia, a partir de meados dos anos 80, operou-se uma verdadeira revolução democrática na sociedade brasileira, com o surgimento de novos atores (organizações e grupos sociais) e a definição de um novo padrão de relação entre a sociedade e o Estado, caracterizado pela exigência de transparência, abertura e acesso aos processos decisórios. Mais recentemente, esse substrato de democracia social foi o que permitiu que o povo brasileiro fizesse uma opção nítida e consciente pela estabilidade econômica alcançada com o Plano Real.

O controle da inflação propiciado pelo Plano Real teve um impacto social extraordinário. Milhões de brasileiros, pelo mero fato de que sua

renda deixou de ser corroída pelo aumento dos preços, foram capazes de superar a linha de pobreza e ter acesso a bens e serviços com os quais antes podiam apenas sonhar.

Mais do que isso, porém, a conquista da estabilidade econômica teve e tem, para os brasileiros, um significado político muito importante. É óbvio que o controle da inflação não resolveu, num passe de mágica, todos os problemas do Brasil. A população sabe disso. Mas o Plano Real, ou seja, a estabilidade econômica proporcionou aos brasileiros um ponto de unidade, um consenso em torno a um objetivo nacional definido e produzido através de mecanismos democráticos. E a razão para isso não é apenas a lógica econômica, mas também a mudança política e social.

Essas breves observações sobre a história recente do Brasil ilustram, a meu ver, o fato de que o processo de radicalização da democracia não se faz de cima para baixo, por decisão de governo, mas envolve a mobilização da própria sociedade. Mas, em qualquer hipótese, é preciso que se faça com a participação dos governantes.

Trata-se, sobretudo, de eliminar obstáculos ao aprofundamento e ao exercício desimpedido da democracia. São obstáculos que se acumularam ao longo de décadas, como resultado da perda de sintonia entre a realidade social e os procedimentos políticos. Alguns desses obstáculos encontram-se dentro do próprio aparelho estatal - daí a importância decisiva das propostas de reforma do Estado.

Estamos multiplicando e consolidando os canais de expressão da coletividade, tornando mais descentralizadas as instâncias de deliberação e decisão, fazendo-as mais permeáveis à participação, aproximando o poder público das pessoas e as pessoas, do poder público. Em essência, indo à raiz da palavra “poder”, cristalizando em cada cidadão a certeza de que pode falar e de que vale a pena fazê-lo, de que pode contribuir para a mudança e de que vale a pena fazê-lo. Trata-se de resgatar em sua plenitude o significado da expressão “cidadania”, a noção de que o indivíduo é mais do que um indivíduo: é membro de uma comunidade. Embora em circunstâncias distintas, encontro a mesma perspectiva no conceito de uma *stakeholder society*, elaborado com tanta propriedade pelo Primeiro Ministro Tony Blair.

Quando me perguntam se essa democracia radicalmente pluralista, cada vez mais democrática, vai resolver o problema fundamental da exclusão, respondo que sim, inclusive porque não há outro caminho. E, se a sociedade é plural, as soluções não podem deixar de refletir esse fato, porque não há apenas uma exclusão, a dos pobres marginalizados do processo de desenvolvimento – essa é a percepção tradicional –, na verdade, há várias exclusões: a da mulher, das crianças, dos idosos, dos deseducados, dos desempregados, dos portadores de deficiência física, das vítimas de violência, dos sem-terra, dos atingidos pela poluição e por outros danos ao meio ambiente.

Não basta, portanto, politizar apenas uma linha de exclusão, no velho molde da luta de classes. É preciso politizá-las todas, incentivar a mobilização, criar organizações e ampliar os canais entre elas e as instituições que compõem o Estado.

Ninguém poderá entender corretamente o Brasil se não se der conta de que isso já está acontecendo intensamente no País. E, mais, que, embora grande parte desses movimentos se transforme em pressões sobre o Governo, em reivindicações que muitas vezes não podem ser atendidas, o Governo quer mais mobilização, mais organização, mais vigilância na sociedade brasileira.

Defender que o simplismo das dicotomias tradicionais entre esquerda e direita, operários e capitalistas deve ser substituído pelo reconhecimento da complexidade de nossas sociedades não significa ser conservador, como pensam alguns ‘fundamentalistas’ (no sentido em que o Professor Giddens utiliza esse termo). Ao contrário, significa aceitar a mudança e querer mais mudança; significa estar disposto a abrir mão do conhecido e participar da construção de algo verdadeiramente novo.

É com o espírito desse desafio intelectual de pensar o verdadeiramente novo que deixo aos jovens estudantes da *London School of Economics and Political Science* meus votos de que possam ter a felicidade de contribuir, cada qual à sua maneira, para a construção de um mundo que seja mais democrático, mais próspero e mais solidário, de um mundo radicalmente melhor.

Muito obrigado.

